Informativo CNI
Ano 7 • Número 1 • dezembro de 2017 / janeiro de 2018

Após frustração de Buenos Aires, UE avalia perspectivas de sistema multilateral 2

Brexit: é dada a largada para o diálogo comercial 4

INFORMATIVO DE BRUXELAS

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

UE-Mercosul: na reta final para um Acordo histórico

As negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia podem estar mais próximas do que nunca de sua conclusão. Os Ministros das Relações Exteriores dos quatro países do Mercosul se encontraram com chefes do executivo europeu em Bruxelas no último dia 29 de janeiro. A ocasião foi seguida por retomada do trabalho técnico, que se estenderá até o dia 8 de fevereiro. A expectativa é um novo encontro ministerial ocorra dentro de algumas semanas, uma vez que progresso substantivo a nível técnico seja alcançado.

Do lado europeu, a expectativa era a conclusão de um acordo político às margens da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Buenos Aires em dezembro. O progresso, no entanto, ficou aquém do esperado, uma vez que os europeus não apresentaram sua oferta agrícola completa, já que os Estado-Membros não chegaram a um acordo sobre quotas tarifárias para carne bovina e etanol, produtos de alta sensibilidade para negociadores europeus e ficaram de fora da oferta europeia em Buenos Aires.

Negociadores do Mercosul condicionaram então a retomada das negociações em 2018 à apresentação da oferta agrícola europeia melhorada. No mês de outubro, o bloco havia colocado na mesa uma quota tarifária de 70 mil toneladas para carne bovina e 600 mil toneladas de etanol, proposta considerada insuficiente por negociadores do Mercosul.

Segundo reportado pela imprensa em Bruxelas, o número aventado por europeus no encontro do mês de janeiro seria de 99 mil toneladas para carne bovina. Não houve relatos sobre uma nova oferta de etanol.

O porta-voz da Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia declarou nos dias anteriores ao encontro que Bruxelas estaria esperando a melhora da oferta do Mercosul no acesso a mercado para bens agrícolas e industriais, sobretudo automóveis, autopeças, e produtos lácteos, além

continua

de regras de origem, períodos de desgravação, proteção a indicações geográficas e serviços marinhos.

A chefe negociadora europeia, Sandra Gallina, compareceu a sessão do Comitê de Comércio Internacional do Parlamento Europeu na semana anterior ao encontro ministerial, onde atualizou os eurodeputados sobre o andamento das negociações. Na ocasião, Gallina afirmou que, apesar de não ter sido conclusivo, o encontro em Buenos Aires trouxe avanços em diversos frontes. Notadamente, países do Mercosul indicaram que estariam prontos a aumentar a cobertura de sua oferta para 90%. Europeus estariam também satisfeitos com o tratamento de regulações sanitárias e de disposições sobre desenvolvimento sustentável. Nas áreas de regulações técnicas, proteção à propriedade intelectual e regras de origem, no entanto, mais trabalho seria necessário.

Agricultura eleva oposição, mas Bruxelas mantém confiança em resultados

Na capital europeia, o lobby agrícola do bloco permanece o mais firme oponente ao acordo com o Mercosul. O grupo tem sem mantido oposto à abertura comercial a produtos agrícolas considerados sensíveis, sobretudo carne bovina, açúcar e etanol. A entidade representante do setor a nível europeu, a Copa-Cogeca, rechaçou o aumento da oferta agrícola europeia em evento com a imprensa dias antes do encontro ministerial. Após repercussões do suposto aumento da quota europeia de carne bovina para 99 mil toneladas, a organização publicou comunicado de imprensa afirmando ser a nova oferta "inaceitável".

Dentre os Estados-Membros da UE, a França e a Irlanda foram especialmente ativos no Conselho de Agricultura no último ano, liderando a oposição à abertura do mercado agrícola europeu ao Mercosul. Em outubro, o Presidente francês Emmanuel Macron chegou a solicitar uma pausa nas negociações comerciais.

Desdobramentos recentes, no entanto, indicam mudanças no discurso francês, sobretudo após a visita do presidente argentino Maurício Macri a Paris em janeiro. "Partilhamos da mesma visão estratégica sobre este acordo", declarou Macron em encontro com o líder argentino. O presidente francês afirmou na ocasião ser importante "finalizar rapidamente" o acordo, no atual "contexto geopolítico".

Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia, reafirmou também seu apoio à conclusão rápida do Acordo no início deste ano. O chefe do executivo debateu o tema com o presidente francês no dia seguinte à visita de Maurício Macri e participou do encontro com ministros do Mercosul no dia 29 de janeiro em Bruxelas.

Líderes europeus explicam que a pressão atual se dá especialmente devido aos constrangimentos temporais impostos pelas eleições no Brasil em outubro neste ano, e as eleições a nível europeu em 2019. Segundo declarou a Comissária europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, durante o Fórum Econômico Mundial, a "janela de oportunidade" para a conclusão do acordo se fecharia "muito em breve", mas haveria confiança um desfecho positivo.

Após frustração de Buenos Aires, UE avalia perspectivas de sistema multilateral

"Uma oportunidade perdida" foi como a Comissária europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, descreveu a 11ª Conferência Ministerial da OMC (MC11), que teve lugar em Buenos Aires no último mês de dezembro. Após retorno à Bruxelas sem nenhuma declaração multilateral, representantes europeus repensam os processos internos da Organização e priorizam temas que seguirão em discussão.

Cecilia Malmström não escondeu sua frustração quando negociações em Buenos Aires entraram em colapso já no segundo dia da conferência. "Membros não conseguem nem concordar em parar o subsídio à pesca ilegal. Horrendo", tuitou a Comissária.

O diagnóstico dos europeus reforça impressões que o próprio Diretor-Geral da OMC, Roberto Azevêdo, já havia expressado em algumas ocasiões: a dificuldade na organização não está no número de membros, mas nos desentendimentos profundos entre os principais players. Segundo a DG TRADE, da maneira como a Organização opera

atualmente, nenhum debate avança sem o acordo do "G5" da OMC: Brasil, China, Estados Unidos, Índia e União Europeia.

Em sua atual estratégia de comércio Trade for All, publicada em 2015, a Comissão Europeia já havia sinalizado a necessidade de se repensar a tomada de decisões na OMC, de modo a expandir possibilidades de acordos plurilaterais que permitam a livre adesão de demais membros.

O resultado da MC11 reforçou indícios de que membros estariam dispostas a tomar este rumo. Apesar da ausência de resolução multilateral, grupos de países assinaram declarações conjuntas nas áreas de regulações domésticas, e-commerce, facilitação de investimentos para o desenvolvimento e pequenas e médias empresas. Estes instrumentos transmitem o interesse de grande parte dos membros em debater este assunto, dentro ou fora da Organização.

Começando com o pé esquerdo

No encerramento da cerimônia, Malmström afirmou que a falta de acordo seria, sobretudo, resultado da falta de liderança dos países membros. Segundo a Comissão, o desengajamento do atual governo dos Estados Unidos com a OMC deixou um vácuo não preenchido por demais lideranças durante a Conferência.

Apesar dos conhecidos problemas estruturais, a Comissão Europeia afirma que uma série de fatores conjunturais teria agravado a atmosfera negociadora, a qual descreveu como "confrontational on all issues".

Em diálogo com representantes da sociedade civil europeia, a DG TRADE destacou dificuldades como a excessiva multiplicidade de temas abordados em Genebra desde a Conferência anterior; a suposta baixa senioridade na representação de "alguns dos países em desenvolvimento mais complicados"; a revogação inicial de credenciais de representantes de ONGs; a crise do Órgão de Apelação, cuja nomeação de juízes está sendo bloqueada pelos Estados Unidos; entre outros.

Ademais, como plano de fundo às negociações, persistiriam frustrações por parte dos países membros na forma como a Organização lida com questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e a diferenciação de responsabilidades. "Não podemos apoiar uma situação em que as regras se aplicam a poucos e que outros podem passar em nome de um status de desenvolvimento auto-proclamado", afirmou Robert Lighthizer, o Representante de Comércio dos Estados Unidos, em seu pronunciamento inicial. Na visão da Comissária europeia, ao final da Conferência, membros tiveram sucesso em "mudar o tom e orientação" deste debate, "para além de linhas ideológicas".

Uma soma negativa para a agricultura

Dentre as ambições frustradas na rodada estavam diversos temas ligados à agricultura. As conclusões da reunião dos ministros europeus em Buenos Aires na véspera da MC11 incluíam referência à proposta conjunta apresentada pelo Brasil e pela UE pelo fim dos subsídios domésticos a produtos agrícolas.

O tema, porém, foi centro de contenções no segundo dia de negociações, quando os Estados Unidos afirmaram que não fariam concessões em matéria de estoques públicos para fins de segurança alimentar, principal ofensiva da Índia. Segundo reportou a imprensa em Bruxelas, isto teria motivado a atuação dos indianos de dificultar acordos em demais áreas, como a pesca.

Segundo reportou o Comissário europeu para Agricultura, Phil Hogan, também presente em Buenos Aires, a falta de um programa de trabalho acordado na Conferência significa que temas importantes como segurança alimentar não serão prioridade no trabalho da OMC. "Um resultado de soma negativa", resumiu o Comissário.

Brexit: é dada a largada para o diálogo comercial

Após a conclusão da primeira fase das negociações Brexit no final do último ano, terá início neste mês de fevereiro o tão esperado diálogo comercial entre a UE e o Reino Unido. Negociadores darão prioridade ao acordo de transição Brexit, arranjo temporário com vistas a evitar um rompimento regulatório abrupto quando o país deixar o bloco em março de 2019. Apesar do consenso quanto à necessidade de um "Brexit ordenado", expectativas têm divergido entre as partes quanto às condições que se aplicarão ao Reino Unido durante o período transitório.

Do lado europeu, as diretrizes para a negociação do acordo de transição foram adotadas pelos Estados-Membros em final de janeiro sem grandes contenções. O objeto da UE será negociar uma "transição status quo sem representação institucional", como resumiu Sabine Weyand, chefe negociadora adjunta do bloco. Em outras palavras, para a UE, o Reino Unido poderá permanecer no Mercado Único e na União Aduaneira durante o período transitório, desde que continue a aplicar as leis europeias sem poder influenciá-las.

A proposta europeia é que este período se estenda até o fim de 2020, quando se encerra o atual ciclo orçamentário o bloco. Bruxelas pretende concluir as negociações do acordo de transição até final de março, a tempo para serem aprovadas em encontro do Conselho Europeu em 22 e 23 de março.

Em declarações oficiais, o negociador-chefe britânico, David Davis, concordou em seguir aplicando leis europeias durante o período de transição, como propõe Bruxelas, mas afirmou que seu time buscaria negociar um mecanismo para "resolver problemas", no caso de a UE adotar regulações que prejudiquem o Reino Unido durante o período.

Tal ambição foi imediatamente rechaçada por Bruxelas. O negociador-chefe europeu, Michel Barnier, reiterou em coletiva de imprensa que todas as decisões do bloco seriam aplicadas ao Reino Unido durante a transição. "Não iremos negociar a autonomia de tomada de decisão dos 27 Estados-Membros", concluiu.

Enquanto isso em Westminster

A indicação de David Davis de que aceitaria - mesmo com ressalvas - a proposta europeia resultou em árduas críticas por conservadores britânicos no Parlamento britânico. Em sessão do comitê Brexit, o deputado conservador Jacob Rees-Mogg, vocal apoiador do Brexit, acusou Davis de transformar o Reino Unido em um "estado vassalo" ao aceitar tais condições durante o período de transição.

Mesmo sendo uma das principais demandas do empresariado britânico, a aprovação do período de transição poderá se mostrar politicamente custosa ao governo, sobretudo devido à pressão de brexiteers que anseiam por autonomia regulatória e que muito criticaram a falta de representação do Reino Unido em Bruxelas. A proposta de Bruxelas implica, por exemplo, que contribuições financeiras ao bloco sejam mantidas no período de transição e que o país siga sob jurisdição da Corte Europeia de Justiça, ambos pontos de alta sensibilidade para apoiadores do Brexit.

Incertezas permeiam o futuro comercial

Segundo as diretrizes aprovadas pelo Conselho, ao permanecer na União Aduaneira e no Mercado Único durante o período de transição, o Reino Unido, deverá aplicar a política comercial da UE, mantendo as mesmas tarifas e exigências aduaneiras que o restante do bloco. Bruxelas defende que acordos futuramente negociados pelo país não poderão entrar em vigor até o fim do período de transição, "salvo quando autorizados pela UE".

Neste quadro, o Reino Unido seguiria sendo parte dos atuais acordos do bloco e cumprindo com as obrigações correntes. Segundo Barnier, porém, a UE não pode garantir que parceiros comerciais continuarão a estender ao Reino Unido os mesmos benefícios neste período, uma vez que o país já não seria oficialmente membro do bloco. "Nossos parceiros ao redor do mundo podem ter visões próprias sobre isto", afirmou o negociador europeu.

Tendo em vista a incerteza quanto à aplicação dos acordos de comércio da UE durante o período de transição, em ambas as partes há pressão por mais

previsibilidade quanto à situação jurídica dos tratados uma vez terminado o período de transição.

Buscando prover esclarecimentos neste âmbito, o Ministro de Comércio britânico Greg Hands declarou que parceiros comerciais do país teriam aceitado "em princípio" estender os acordos existentes. "Posso dizer que nenhuma das 70 nações com as quais tivemos discussões possui interesse em prejudicar fluxos de comércio", afirmou Hands ao comitê de comércio do Parlamento Britânico.

A proposta foi recebida com ceticismo por alguns dos parlamentares, que não veem como uma "troca de cartas", como sugeriu o Ministro, poderia oferecer a previsibilidade que o setor privado espera. Em Bruxelas as declarações foram interpretadas pela imprensa com sendo ingênuas por não considerarem que parceiros comerciais buscariam recalibrar acordos correntes de modo a obter maiores ganhos nesta conjuntura. Segundo Hands, "está no interesse de nossos parceiros que estes acordos continuem".

Parlamento Europeu pressiona Comissão por capítulos de desenvolvimento sustentável mais rígidos em acordos de comércio

Na reta final da ratificação do Acordo de comércio UE-Vietnã, o Parlamento Europeu elevou a pressão para que a Comissão Europeia cobre compromissos assumidos pelo país em matéria de padrões trabalhistas. Eurodeputados sugeriram não ser claro se o Acordo, concluído em 2015, poderá ser aprovado pelo Parlamento Europeu nas condições atuais.

A Comissária europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, enviou no último dia 15 de janeiro carta a Hanoi lembrando que "progresso concreto" na assinatura e ratificação das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são um "compromisso-chave" do Acordo. A carta afirma ainda que europeus iriam "prestar atenção" à reforma do código trabalhista do país, e solicita um cronograma de ratificação das convenções pendentes.

"Se não houver progresso em direitos humanos e especialmente [...] padrões trabalhistas, o Acordo não poderá ser ratificado pelo Parlamento Europeu", afirmou o eurodeputado alemão Bernd Lange (Sociais-Democratas), presidente do Comitê de Comércio Internacional, à imprensa europeia.

Na mesma semana, em debate em plenário com a Comissária Malmström, parlamentares foram contundentes com relação a sua insatisfação com a atual abordagem europeia de aplicação dos capítulos de desenvolvimento sustentável (capítulos TSD, da sigla em inglês). Com múltiplas referências ao acordo da UE com a Coreia, o primeiro a contar com um capítulo TSD, eurodeputados criticaram a baixa eficácia dos chamados *Domestic Advidory Groups* (DAGs), grupos compostos por representantes da sociedade civil, e estabelecidos por ambas as partes de um acordo, cuja função é aconselhar na implementação do capítulo TSD. Segundo deputados, o modelo teria sido uma "falha completa" no incentivo a reformas de padrões trabalhistas na Coreia.

A inclusão de sanções em capítulos TSD é tema altamente divisivo em Bruxelas. A Direção-Geral para o Comércio (DG TRADE) mantém postura contrária às sanções por julgar a abordagem ineficiente e inibidora do diálogo com parceiros comerciais. O número de *stakeholders* que discordam desta leitura tem crescido, no entanto, por diversas razões. Segundo lembrou Lange, "há [...] o aspecto da competição". "Não pode ser que o comércio permita vantagens competitivas injustas por meio do dumping ambiental e social", afirmou o deputado em plenário.

A agenda de "comércio justo" no sentido de construção de um do *level playing field* entre a UE e parceiros tem presença crescente em diversas áreas da política comercial europeia, desde a reforma de instrumentos de defesa comercial até *screening* de investimentos.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

México

O Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, viajou ao México no dia 1º de fevereiro para encontros sobre o acordo comercial entre o país e a UE, que atualmente está sendo modernizado. Passado o prazo proposto pela Comissão de conclusão das negociações no último mês de dezembro, negociadores retomaram discussões no início de janeiro. Segundo relatado pela Comissão, a rodada resultou em "muito bom progresso", estando finalizadas áreas como competição, pequenas e médias empresas, transparência, questões sanitárias, boas práticas regulatórias, e comércio e desenvolvimento sustentável. Segundo a Comissão, mais trabalho é necessário em temas como regras de origem e proteção de investimentos. A próxima rodada terá lugar em Bruxelas de 5 a 9 de fevereiro.

Austrália e Nova Zelândia

As negociações comerciais com Austrália e Nova Zelândia tiveram seu lançamento adiado devido à falta de consenso entre Estados-Membros sobre o mandato negociador. A proposta de mandato da Comissão Europeia foi enviada ao Conselho em setembro do ano passado, e a expectativa era que Estados-Membros adotariam a versão final no último mês de novembro. O dissenso seria relativo ao nível de ambição do acordo, sobretudo no que toca a concessões agrícolas. Estados do norte europeu, como Suécia, Finlândia e Países Baixos exigiram um acordo com ampla liberalização, ao passo que países como França, Polônia e Irlanda estariam exigindo proteção aos setores agrícolas. Em Resolução aprovada pelo Parlamento Europeu em dezembro, eurodeputados pediram a abertura das negociações, mas também demandaram cautela em produtos agrícolas considerados sensíveis por meio da aplicação de quotas tarifárias.

Bruxelas em movimento

Nova estratégia europeia estabelece metas de uso de plástico reciclável no mercado europeu

A Comissão Europeia lançou no último dia 16 de janeiro uma estratégia europeia para plásticos. Dentre os objetivos listados no documento estão: garantir que todo plástico no mercado europeu seja reciclável até 2030, reduzir o uso de plásticos de uso único, e limitar o uso intencional de microplástico. O documento, que é parte do plano de ação europeu para a economia circular, afirma haver fortes incentivos comerciais para se mudar a forma como produtos são desenhados, produzidos, utilizados e reciclados na UE.

A estratégia lista estabelece ações concretas a serem tomadas pela Comissão Europeia até o final do atual mandato. Dentre as medidas já em andamento estão o trâmite de proposta de diretiva sobre novas regras para instalações portuárias de recepção, com vistas a reduzir lixo marinho, e a uma consulta pública sobre plásticos de uso único, que servirá de base para proposta da Comissão sobre o tema ainda este ano.

No nível internacional, a Comissão propõe apoiar o desenvolvimento de padrões internacionais aplicados à indústria para a triagem de lixo plástico e plásticos reciclados; garantir que lixo plástico exportado pela UE seja tratado de forma "apropriada", em linha com o Regulamento Europeu de Transferência de Resíduos; e apoiar a produção de um sistema de certificação para unidades de reciclagem na UE e em países terceiros.

A estratégia inclui também pesquisa em inovação, com um aporte de 100 milhões de euros em financiamento para o desenvolvimento de materiais plásticos com maior potencial de reciclagem, e para pesquisas voltadas ao aumento de eficiência de processos de reciclagem e identificação e remoção de substâncias nocivas dos plásticos reciclados.

AGENDA

Destaques de janeiro, fevereiro e março de 2018

29-30/01	**Bruxelas, Bélgica** • Encontro de Ministros no âmbito das negociações entre o Mercosul e a União Europeia.
31/01-08/02	**Bruxelas, Bélgica** • Reuniões técnicas no âmbito das negociações entre o Mercosul e a União Europeia.
05-08/02	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
05-09/02	**Bruxelas, Bélgica** • Rodada de Negociações entre a União Europeia e o México.
15-16/02	**Sofia, Bulgária** • Encontro informal de Ministros das Relações Exteriores.
27/02	**Sofia, Bulgária** • Encontro informal de Ministros das Relações Exteriores sobre comércio.
28/02-01/03	**Bruxelas, Bélgica** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
12-15/03	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
19/03	**Bruxelas, Bélgica** • Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.

INFORMATIVO DE BRUXELAS | Publicação bimestral da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Gerência Executiva de Assuntos Internacionais – AI Gerente Executivo: Diego Bonomo | Gerência de Negociações Internacionais – NEGINT Gerente: Fabrizio Panzini | Equipe Técnica: Carolina Telles Matos e Eduardo Freitas Alvim | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até fevereiro de 2018.